

EM MANAUS

Para juízes, houve "crime contra a saúde"

Associação de magistrados encaminha à PGR representação contra o presidente Bolsonaro

A Associação Juízes para a Democracia (AJD) encaminhou ontem à Procuradoria-Geral da República uma representação contra o presidente Jair Bolsonaro em razão do "menosprezo de consistentes indícios de agravamento da pandemia no Amazonas, que culminou no desabastecimento de oxigênio no Estado".

A entidade de magistrados aponta indícios de crimes contra a saúde pública, contra a incolumidade pública e periclitado da vida e da saúde.

No documento encaminhado a Aras, a AJD cita três possíveis delitos cometidos por Bolsonaro: perigo para a vida ou saúde de outrem, previsto no artigo 132 do Código Penal, com pena de detenção de três meses a um ano; subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento, previsto no artigo 257 do CP, com pena de dois a cinco anos de reclusão, e infração de medida sanitária preventiva, previsto no artigo 268, com pena de um mês a um ano de detenção.

"Ações e omissões"

A representação da AJD lista inicialmente diferentes "ações e omissões" de Bolsonaro frente à pandemia: "Após chamar a covid-19 de gripezinha durante todo o ano de 2020, Jair Bolsonaro exonerou

ou causou a demissão de ministros da Saúde em momentos críticos, promoveu aglomerações, ignorou o uso de máscaras, difundiu informações falsas em relação à vacina, estimulou o consumo de medicamentos ineficazes ou mesmo prejudiciais à população em geral como suposta medida de prevenção contra a covid-19 e e portou-se de maneira a comprometer relações diplomáticas com países fornecedores de insumos fundamentais à imunização da população brasileira, como China e Índia".

Ainda segundo a entidade, a postura de Jair Bolsonaro "atingiu suas consequências mais graves" durante a crise no Amazonas, que viu uma explosão de novos casos de coronavírus em janeiro, sendo que em Manaus pacientes morreram asfixiados em razão da falta de oxigênio.

O desabastecimento do insumo levou à instauração de um inquérito no Supremo Tribunal Federal para apurar a atuação do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, no colapso da rede pública de hospitais na capital amazonense.

AAJD lembra que, em dezembro, quando o governo do AM anunciou medidas de restrição ao comércio, o presidente declarou que "nós não aguentamos mais o lockdown, medidas restritivas".



CAIO DE BIASI/ESPECIAL PARA O MS

Em Manaus, Pazuello, que já responde desde o início da semana a inquérito determinado pelo STF sobre a crise, justificou que Manaus viveu "situação desconhecida" por causa da nova variante do coronavírus que ali surgiu

SAIBAMAI

» Os magistrados lembram que, em função das manifestações contra o lockdown, a população de Manaus "ignorou o decreto do governador".

» Além disso, o grupo de magistrados menciona as informações prestadas pela Advocacia-Geral ao Supremo, de que o governo federal ficou sabendo da falta de oxigênio no Estado no dia 8 de janeiro seis dias antes do insumo se esgotar em vários hospitais da capital amazonense.

» A AJD diz ainda que "após admitir publicamente a crise relativa ao oxigênio, Pazuello reforçou a recomendação a respeito de 'tratamento precoce', comprovadamente ineficaz".

"Situação desconhecida"

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse ontem que o aumento de contaminações e internações pela covid-19 em Manaus (AM) foi "uma situação completamente desconhecida para todo mundo".

Investigado no Supremo Tribunal Federal (STF) pela atuação no colapso de saúde na capital do Amazonas, Pazuello voltou a afirmar que agiu para amenizar a crise e que o papel do ministério é somente de "apoio".

"Muito rápido"

"Tivemos salto da contaminação, triplicando o número de contaminados. Foi uma situação completamente desconhecida para todo mundo. Foi muito rápido", disse o ministro, em evento para inauguração de reabertura do hospital Nilton Lins, em Manaus, que teve a capacidade de atendimento ampliada.

Pazuello apontou a variante da covid-19 encontrada em Manaus como uma possível causa para o aumento das contaminações.

Ele disse que a nova cepa está sendo estudada no Brasil e pela Universidade de Oxford, no Reino Unido.

"Mandamos todo o material coletado para a Inglaterra para que tenha posição exata sobre grau de contaminação e agressividade da nova cepa. Tendência é que contamina mais, mas com grau de agres-

sividade semelhante à anterior. Mas é no número de contaminados, na propagação, que faz a diferença", disse o ministro.

Oxigênio

Pazuello afirmou que o fornecimento de oxigênio para o Amazonas foi "equalizado". Disse ainda que mais de 300 pacientes foram transferidos a outros estados. "O objetivo é chegar a em torno de 1,5 mil pessoas removidas", disse.

O general voltou no último sábado (23) a Manaus, na semana seguinte a uma passagem pela cidade que ficou marcada pela pressão pelo uso de medicamentos sem eficácia contra a covid-19, como a cloroquina. O ministério afirma que Pazuello não tem data para deixar a cidade.

A postura de Pazuello e de sua equipe na cidade levou a Procuradoria da República no Amazonas a abrir inquérito civil para apurar se houve falha no apoio ao estado, que entrou em colapso, e opção por indicação de "tratamento precoce com eficácia questionada".

Na semana passada, o procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de um inquérito para apurar a responsabilidade do ministro na crise em Manaus.

Na segunda-feira (25), o ministro Ricardo Lewandowski autorizou a abertura do inquérito.

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL,
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04/2021-HFA

(Processo Administrativo nº 60550.032191/2020-26)
Aviso de Abertura de Licitação

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) para a Subseção de Caldeiras, destinados a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Edital e seus anexos.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.
Abertura da Sessão Pública: 09 de fevereiro de 2021, às 09h.
Endereço: Sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 26 de janeiro de 2021
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1
Ordenador de Despesas do HFA